

Arqueologia e Etnografia

Francisca S. Miller¹

Resumo

A presente comunicação pretende relatar certas experiências com estudos em comunidades tradicionais no interior do Rio Grande do Norte e chamar atenção para as vantagens de tais procedimentos para futuros estudos etnográficos. Ao longo de nossas pesquisas com comunidades de pesca e uma de quilombolas, deparamo-nos com vestígios arqueológicos (cacos de cerâmica, conchais, canoa ubá, entre outros objetos materiais) e com alguns relatos das populações locais que expressam tradições que remontam a seus antepassados. Em Patané/Camocim, no município de Arês, observamos cacos de “louça”(cerâmica) que, de acordo com T. Miller, pertencem às tradições tupiguarani e neo-brasileira. Havia uma aldeia indígena nas proximidades da lagoa Guaraíras que, de acordo com Nestor Lima, teria sido formada por casais das aldeias Potiguara da região do rio Jacu, como a aldeia Jacumaúma. De acordo com um informante (durante uma pesquisa em 2003), seu avô, que era índio, contava que havia uma aldeia indígena situada próximo à lagoa, ao lado dos mananciais de água doce. No citado município, tinha uma missão jesuíta e uma feitoria holandesa. Perto de lá, em Georgino Avelino, foram encontrados os restos arqueológicos de uma aldeia Tarariú em contato com holandeses. Na comunidade quilombola de Capoeira, no município de Macaíba, vários moradores comentaram acerca de uns cacos de “panela” encontrados nos seus roçados, que dizem ser dos Tapuias. Os indícios arqueológicos podem nos ajudar a compreender as formas de ocupação do território e possivelmente nos dar uma idéia sobre a antiguidade da relação da população com o território.

Palavras – chaves: Etnografia, Arqueologia, Comunidades Tradicionais.

1 Professora do Departamento de Antropologia –UFRN, Doutor em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

Introdução

De um modo geral, os etnógrafos não têm mostrado interesse pelos problemas que interessam aos arqueólogos. Não temos certeza do por que, disto mas talvez a razão esteja no fato de os conjuntos de elementos, arranjos de moradias, acampamentos e outros aspectos da cultura material em tantos casos apresentarem uma tamanha simplicidade aparente, que a tendência entre etnógrafos, que estudam as culturas de povos de tecnologia simples, seja a de focar a sua atenção mais para as descrições da organização social e cerimonial, mitologia, sistema de rituais e crenças, e outros aspectos menos tangíveis ou materiais da cultura (MILLER,1981/82: 296). O que resulta daí é que, quando os arqueólogos querem realizar comparações detalhadas entre certas culturas etnográficas estudadas por etnógrafos e os artefatos escavados por arqueólogos, isto se torna quase impossível pela falta de informações detalhadas em certas áreas cruciais dos relatos etnográficos.

Todavia o aumento de estudos ecológicos feitos por etnógrafos tem se mostrado muito valioso para os arqueólogos. As descrições quantitativas e detalhadas de diferentes aspectos da coleta de alimentos, da utilização da paisagem, do abatimento e distribuição da caça, e outros assuntos têm importância direta ou indiretamente para a Arqueologia. Alguns estudos têm mostrado que há uma grande semelhança entre os acampamentos pré-históricos e os acampamentos contemporâneos, em termos de conteúdo e formas de organização interna. Nesta base já é possível tentar estimar o número de pessoas que ocuparam os acampamentos pré-históricos.

Ao examinar o enfoque de estudos realizados por etnógrafos e os estudo dos arqueólogos fazendo etnografia, GOULD (1972 *apud* T. MILLER, 1981/82) concluiu que a diferença é a preocupação destes com sítios específicos como enfoques para diferentes aspectos do comportamento humano. Enquanto o etnógrafo se preocupa com a natureza e as transformações culturais totais, o arqueólogo como etnógrafo (Etnoarqueólogo) se preocupa com sítios como casos particulares de comportamento padronizado. Nesta perspectiva, o etnoarqueólogo se preocupa e estuda os sítios ocupados e usados por pessoas em sociedades vivas, de modo a tornar a sua evidência etnográfica inteiramente comparável à evidência coletada em sítios escavados.

A presença de dados arqueológicos na pesquisa etnográfica com populações tradicionais.

No espírito da abordagem pluridisciplinar exposta acima, a presente comunicação, mesmo breve, pretende relatar certas experiências nos estudos em comunidades tradicionais no interior do Rio Grande do Norte e chamar atenção para as vantagens de tais procedimentos para futuros estudos etnográficos.

Nós nos referimos aqui a observações de sítios arqueológicos encontrados durante nossas pesquisas etnográficas nas comunidades de pesca de Patané/Camocim, entre 2002 e 2003, no município de Arês, e durante a realização de nossa pesquisa na comunidade quilombola de Capoeiras, no município de Macaíba/RN, em 2006 e 2007.

Apesar dos registros históricos (LIMA, 1929; CASCUDO, 1984; MEDEIROS FILHO, 1984; MEDEIROS, 1973 e 1985) atestarem o desaparecimento dos povos indígenas enquanto etnias no Rio Grande do Norte, o seu conhecimento e saber-fazer foram incorporados e persistem na população das citadas comunidades. Ao contrário do que pensávamos antes de começar o presente estudo, a presença de alguns indivíduos que se dizem de ascendência indígena é atual e isto pode ser constatado em alguns dos depoimentos.

Ao longo de nossos estudos com comunidades de pesca e numa comunidade quilombola, deparamo-nos com vestígios arqueológicos (cacos de cerâmica, conchais, canoa ubá, entre outros objetos materiais) e com alguns relatos das populações locais, que sinalizam para uma mistura de tradições que remontam a seus antepassados.

Observamos situações que são características de comunidades de culturas indígenas, embora o povo hoje não tenha consciência de que essas práticas são indígenas.

Em Patané/Camocim, no município de Arês, encontramos indícios materiais de que ali, um dia, havia residido uma população diferente da que lá se encontra hoje. Havia uma aldeia indígena nas proximidades da lagoa Guaraíras que, de acordo com Nestor Lima, teria sido formada por casais das aldeias Potiguara da região do rio Jacu, como a aldeia Jacumaúma. Tratava-se, inclusive, de uma região de missões no período da Colônia.

Um dos primeiros registros a respeito dos recursos da Capitania do Rio Grande do Norte e da Lagoa Guaraíras - esta localizada na nossa área de estudo - foi feito pelo

holandês Nieuhof, em seu livro “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil”. Segundo NIEUHOF (1981, p. 87):

A capitânia foi bastante desprezada pelos portugueses; entretanto produz ela, em abundância, caça e pescado tão deliciosos, que são geralmente servidos apenas com limão ou vinagre, mas sem azeite. No lago de Groairas, há uma quantidade incrível de peixes e a região produz farinha em grande escala. Daí vieram os fartos abastecimentos para as nossas guarnições da Paraíba e outras partes, durante a rebelião dos portugueses.

De acordo com MARTINS (1999), os aldeamentos indígenas Potiguar de Guajiru (Tupis de língua geral da nação Paiacu, localizada na Vila Nova de Extremoz) e Guaraíras, administrados pelos padres jesuítas vindos do Colégio de Olinda/PE, foram os mais estáveis da Capitania do Rio Grande, em virtude da própria cultura potiguar, que já admitia um sistema sedentário e agrícola anterior à colonização, e de não haver necessidade de adaptação dos índios ao ambiente, pois estes já se encontravam nas suas terras de origem. Tais Missões de Aldeamentos foram implantadas na Capitania do Rio Grande na década de 1680 e, desde a restauração do Senado da Câmara de Natal em 1659, recebiam a visita de Padres seculares - como o Padre Leonardo Tavares de Mello -, que continuavam pregando e tentando a catequese. Nesse período, as aldeias eram controladas pelo Administrador dos Índios do Rio Grande, que as entregou à administração missionária quando os jesuítas chegaram. Segundo LOPES (1999, p. 40-48):

Para alcançar os objetivos pretendidos pelos missionários, as Missões deveriam ser localizadas em áreas que fossem realmente interessantes à colonização. Sabe-se que o contingente de mão-de-obra necessário ao trabalho na pecuária é muito reduzido em comparação ao do trabalho nas lavouras e, provavelmente, por este motivo não havia grande preocupação em estabelecer aldeamentos nas áreas da pecuária, mas sim nas de atividade agrária. Além disso, no sertão era necessário que se fizesse um “despovoamento” de índios para que se pudesse efetivar um “povoamento” colonial. Não é à-toa que das cinco Missões estabelecidas no Rio Grande, apenas uma, a de Apodi, fosse localizada no sertão, e mesmo assim com curta duração. As outras quatro – Guajiru, Guaraíras, Igramació e Mipibu - localizavam-se em área litorânea, caracterizada pela ocupação agrária. [...] Os índios Potiguares, que já habitavam o litoral, foram aldeados em suas próprias aldeias, Guajiru, Guaraíras, Mipibu e Igramació, enquanto que os Tarairiú sofreram o padrão

de redução jesuítico, sendo transferidos do seu *habitat* tradicional no sertão para os aldeamentos do litoral agrário, onde seriam muito mais cobiçados e aproveitados pelos colonos.

Durante nossa pesquisa no município em 2003, fomos informados de que as casas indígenas ficavam nos terrenos mais baixos, próximo às nascentes de água doce. O depoimento de um morador de ascendência indígena, que enquanto falava apontava em direção à Lagoa Guaráiras, nos lembra isso:

Aqui tudo era morada, lá embaixo ali onde correm aquelas águas, era onde moravam os índios ali detrás.

Cerâmica

Em Patané/Camocim, observamos cacos de “louça” (cerâmica) que, de acordo com T. Miller, pertencem às tradições tupi-guarani e neo-brasileira (ver Figura 1).



Figura 1 - Adolescente mostrando uma panela de barro (cerâmica neo-brasileira), que é utilizada para cozinhar peixe. Foto:

Os informantes afirmam que a cerâmica fina (neo-brasileira) era feita pelas mulheres da comunidade, numa época em que não havia “louça” pronta para ser comprada nas redondezas da comunidade, e que a cerâmica grossa (tupiguarani) é indígena. Outra moradora informou que, num outro local próximo da comunidade, podem-se encontrar potes e jarras indígenas. Há informações de que havia um cemitério indígena na Ilha do Flamengo. Ainda existem oleiras em Goianinha e Arês.

Quando ainda criança, na década de 1970, observamos índias Kaingang do estado de São Paulo e Xókleng de Santa Catarina fazendo cerâmica; daí pensamos em procurar oleiras no município de Arês para observar o processo de produção da sua “louça”. Nosso interesse era observar as técnicas de confecção e morfologia da cerâmica

para verificar se havia alguma continuidade da tradição indígena na cerâmica contemporânea. Estivemos na casa de dona Ana Patrícia, mas infelizmente a ceramista se recusou a fazer cerâmica, dizendo que já não enxergava e nem tinha mais paciência e que dava muito trabalho. De acordo com ela, já não havia mais onde tirar a argila necessária para tal, porque as terras haviam sido cercadas e os donos das propriedades não permitiam que alguém entrasse lá para tirar o barro. A grande concentração de terras, inclusive, tem sido um problema para as oleiras. A informante, que não havia entendido o que eu queria, disse que eu podia adquirir uma cerâmica parecida com a que ela fazia na feira de Arês ou de São José de Mipibu.

A concentração de terras e a indústria vêm contribuindo para o desaparecimento de alguns aspectos da cultura material dessas populações. É o caso da cerâmica confeccionada pelas mulheres e da cestaria feita pelos homens na localidade, as quais vêm desaparecendo ou sendo substituídas por produtos industrializados.

Ubá

Observamos uma canoa feita do tronco de uma árvore, na localidade (ver Figura 2). A chamada “canoa de Ubá” era fabricada numa época em que ainda se tinha acesso livre à Mata Atlântica na região. A melhor madeira para a fabricação de canoa era o que eles chamam de “Pau-d’arco”. Mas utilizavam também o Ipê e a Imbirindiba.



Figura 2 – Observe uma das últimas canoas feitas de tronco ainda existente na comunidade. Foto: Francisca Miller, 2003

Apesar de todos os esforços das autoridades eclesiásticas e civis da Colônia de erradicar a cultura indígena, a presença desta ainda é muito forte em Patané/Camocim. A consciência dessa continuidade foi expressada, por exemplo, na declaração de um informante que diz ser neto de índios e que indicou a localização das casas destes nos terrenos mais baixos próximo às nascentes de água. Além do mais, os pescadores ainda preservam outros costumes de tradição indígena, dentre os quais, a disposição do lixo.

Conchais

Após retirar os moluscos das conchas, os moradores costumam jogá-las atrás das casas, na parte não cercada do quintal. Assim, é comum encontrar sambaquis (FUNARI, 2001)¹ vivos ou, como uma informante chamou, "*lixo que não sai do canto*", atrás das casas dos moradores cujas esposas fazem coleta de moluscos (ver Figura 3).



Figura 3 – “Lixo que não sai do canto” (sambaqui), no quintal de trás da casa de Aulenora. Foto: Francisca Miller, 2003

Jogar os “cascos” dos “liliu” (mariscos) atrás da casa formando o que os arqueólogos chamam de “sambaqui” é um costume que ainda persiste, podendo ser observado nos quintais das coletoras de hoje. Observamos, inclusive, que uma das casas foi construída em cima de um dos lados do “lixo que não sai do canto” (sambaqui).

¹ De acordo com Funari, sambaqui é uma palavra tupi que significa monte de mariscos. Eles são encontrados no litoral e nas margens dos rios e serviam de alimentos aos antigos habitantes que comiam os mariscos e jogavam fora as conchas. Beltrão e Kneip propõem que o nome sambaqui “para os depósito conchíferos acumulados por grupos tribais que dependiam essencialmente da coleta de moluscos para sua alimentação, ocupando-se paralelamente da pesca” (apud ALBUQUERQUE e SPENCER, 1994).

Há mais ou menos dez anos atrás, essas conchas eram vendidas para uma fábrica de pente e de botões.

O costume de assar o peixe num pequeno fogo no chão sem retirar as vísceras ainda pode ser visto durante a festa do Burraio. Várias famílias preparam os alimentos num fogão no quintal (costume Tupi). Com exceção das casas doadas pela Prefeitura, as dos pescadores-agricultores-coletores têm um fogão a lenha no quintal dos fundos para cozinhar moluscos, assar bolos e preparar beijus e tapiocas, tanto para o consumo no dia-a-dia quanto nos períodos de festas.

Em algumas casas, pode-se observar também no chão, entre uma choupana e outra, um pequeno fogão temporário feito com três pedras, normalmente utilizado para cozinhar o “liliu”. Este é um costume que observamos entre os índios Tupinikim de Vitória, no Espírito Santo. Eles fazem um pequeno fogo no chão para assar caranguejo.

Os quintais de casa dos moradores são normalmente utilizados também para experimentação com novas culturas e para o cultivo individual de plantas medicinais, rituais e aromáticas. De acordo com POSEY (1997), esse tipo de utilização do solo precede a colonização europeia e foi observado entre os Kayapó.

Outra evidência da cultura indígena em Patané/Camocim é a presença da “panema”, força mágica que impede o indivíduo de realizar suas atividades relativas à pesca. A fonte de tal força encontra-se nas mulheres menstruadas e em menor grau nas mulheres grávidas. Esse fenômeno foi registrado por GALVÃO (1976), entre os caboclos da comunidade de Ita na Amazônia, e por MINDLIN (1983), entre os Surui de Rondônia. CLASTRES (1995) observa que, entre os Guayaki, acredita-se que tal é a potência da mulher, que ela é maléfica para os homens. Para ser caçador, isto é, homem, é preciso ter cuidado com as mulheres, mesmo quando elas não estão menstruadas.

Praia de Malembar

Embora Patané/Camocim seja de fácil acesso (ônibus de meia em meia hora), não se torna atrativa para os turistas e veranistas pelo difícil acesso às áreas adequadas para banho. Como é uma área de mangue, é preciso passar pela lama do mangue e alocar uma canoa para a praia de Malembar. Esta, muito frequentada pelos pescadores de Patané/Camocim, fica na margem esquerda da desembocadura da atual Lagoa de Guaraíras, margeando a antiga trilha colonial que levava do vale do Cunhaú até às alturas do antigo Papary, hoje Nísia Floresta, e daí para o rio Jundiay, ou, com maiores dificuldades, para a região de Natal e arredores.

Dois outros estudiosos da Arqueologia norte-riograndense teceram comentários sobre sítios e regiões arqueológicas, numa base interdisciplinar: trata-se de Valdeci SANTOS JÚNIOR (2008) e T. O. MILLER (1991). Faremos umas pequenas observações sobre este.

O Sítio “Papeba”

Perto de Patané/Camocim, em Georgino Avelino, foram encontrados os restos arqueológicos de uma aldeia Tarariú em contato com holandeses.

Durante a primeira campanha (1982) do Curso de Especialização em Arqueologia no Sítio “Papeba”, localizado no município de Senador Georgino Avelino, num espigão de siltito (piçarra) entre as lagoas Guaraíras e Papeba, MILLER (1991, p. 544) soube que a cerâmica característica do sítio é da tradição Aratu, a qual, segundo ele, tem a mesma distribuição geográfica que a das línguas do tronco Macro-Jê.

Após uma nova campanha em 1983, o professor encontrou sinais de buracos dispostos em forma de círculo, dando forma de colméia, e a aldeia em forma de ferradura, como no caso das casas dos Xavantes, grupo este Jê do Centro-Oeste (possivelmente originário do Médio São Francisco), o que vem confirmar a presença de grupos Macro-Jê na localidade.

O autor encontrou ainda evidências de contatos inter-étnicos com o interior, como bola de boleadeira, que segundo ele não tem utilidade na Mata Atlântica, e objetos de amazonita, matéria-prima que não se encontra no litoral. A boleadeira pode ter sido introduzida pelos holandeses, pois estes exportavam para a Europa, a bons preços, as penas de ema, que lá se tornaram peça indispensável para ornar os chapéus dos cavaleiros. Santos Júnior ainda chama atenção para o fato de que a ema figurava no brasão usado na Província.

Capoeiras

De acordo com uma das linhagens que compõem a comunidade de Capoeiras, no município de Macaíba, a origem dessa comunidade teria se dado a partir de um homem negro que havia chegado naquelas terras e se casado com uma índia “Tapuia” e que, ao casar os filhos, estes deram origem às famílias que hoje compõem a comunidade.

Durante nossa pesquisa, vários moradores da referida comunidade comentaram acerca de uns cacos de “panela” encontrados nos seus roçados, que dizem ser dos “Tapuias” (termo tupi que significa “gente que fala enrolada”, portanto, não-tupi).

Um informante nos conduziu até seu roçado situado na localidade de Mangueiros para mostrar os vestígios arqueológicos. Lá encontramos muitos fragmentos de “panela” com desenhos pintados (tinta vermelha e preta). Enquanto estávamos olhando os cacos de cerâmica, o morador apontou para outro local dizendo que lá ainda havia a marca das cinzas dos fogos e os buracos dos pilastes das casas dos índios.

O citado sítio foi encontrado pela primeira vez em 1978, pela equipe de Antropologia do Museu “Câmara Cascudo”, que estava sob a direção do Professor Raimundo Teixeira da Rocha, numa pesquisa referente a um grupo endogâmico, sediado nas vizinhanças. Em agosto do mesmo ano, a equipe de Arqueologia do referido Museu esteve no local e, na ocasião, coletou numerosos cacos de cerâmica e alguns artefatos líticos na superfície do solo. Um estudo foi planejado e incluído no Projeto de Levantamento Arqueológico do Rio Grande do Norte, sob a coordenação de A.F.G. Laroche.

LAROCHE (1982) afirma ter identificado no local cinco manchas de terra enegrecidas, prováveis testemunhos de chão de cabanas arcaicas. As manchas quase todas medem cerca de 20 metros de diâmetro e estão dispostas em torno de um caminho que atravessa a área arqueológica, disposição que, de acordo com o citado professor, parece indicar a presença de um sítio de habitação a céu aberto. A cerâmica associada a essas manchas é tupi, que Laroche denomina *Potengi*, está dentro da fase que o Prof. Nasser A. de Souza Náassar chamou de *Curimataú*.

De acordo com Laroche, a cerâmica coletada nas estratigrafias do Sítio “Mangueiros” parece ser de uma de contacto inter-étnico de dois grupos diferentes, apresentando pela sua diagnose características das fases “Potengi” e “Papeba”.

O estudo antropológico realizado na Comunidade de Capoeiras toma como base os termos, categorias, significados e práticas dos próprios agentes envolvidos na situação etnográfica pesquisada.

Embora de grande valor os artefatos ou documentos que possam vir a ser encontrados, achamos apenas que este tem que ser relativizado conforme as condições reais de registro e de conservação das fontes. Tanto os documentos quanto os indícios arqueológicos podem nos ajudar a compreender as formas de ocupação do território e possivelmente nos dar uma idéia sobre a antiguidade da relação da população com o território.

“Capoeiras” é um sítio de ocupação quilombola multicomponencial (no passado era ocupado por índios e quilombolas e hoje é território negro).

Após consultar os arqueólogos Tom O. Miller (UFRN), Roberto Airon (UFRN) e Rossano Lopes Bastos, então Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), sugerimos que seja realizado um trabalho de educação patrimonial com uma equipe interdisciplinar composta de educadores, antropólogos e arqueólogos, em Capoeiras.

Apesar da brevidade da nossa comunicação, acreditamos ter mostrado algumas das direções das quais os estudos da Etnografia e da Arqueologia no Rio Grande do Norte podem vir a se beneficiar mutuamente pelos trabalhos interdisciplinares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza e SPENCER, Walner Barros. *O Homem das Dunas: Reflexões sobre um Projeto Arqueológico*. Natal, mss., 1994.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Achiamé, 1984.

CLASTRES, Pierre. *Crônicas dos índios Guayaki: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Coleção TRANS).

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas*. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional: Brasília, INL, 1976.

LAROCHE, Armand François Gaston. *O Sítio Arqueológico de Mangueiros, Macaíba, RN*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1982.

LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arês, Açú e Augusto Severo, (1929)1990, p. 123-130. (Coleção Mossoroense, Série C, v. DXCV).

LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitânia do Rio Grande do Norte*. Tese (Mestrado em História) – UFPE. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, PE, 1999. p. 135-136.

MEDEIROS, Tarcisio. *Proto-história do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Presença Edições; Natal: Fundação José Augusto, 1985. p. 82.

_____. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MINDLIN, Betty. *Nós Paiter: os Suruí de Rondônia*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MILLER, Francisca de Souza. *Pescadores e Coletoras de Patané/Camocim*. Tese de doutorado, Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC-SP, 2005.

MILLER, Tom O. Etnoarqueologia: Implicações para o Brasil. Arquivos do Museu de História Natural/Universidade Federal de Minas Gerais, v. VI – VII, Belo Horizonte/MG/1981 -1982.

-----Do presente ao passado. In: REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 2., 1991, Recife. Anais... Recife: UFPE; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP/ABA, 1991. p. 543-544.

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

POSEY, Darrell. Introdução-Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta G. et al. (Coord.). *Suma Etnológica Brasileira*. Edição atualizada do Handbook of South American Indians 3. ed. Editora Universitária, UFPA, Belém-Pará, 1997. v. 1.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. *Os índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. 1º. ed. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Risado, Coleção Mossoroense, vol. 500, p. 213. 2008.